



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

2ª VARA DO TRABALHO DE TAUBATÉ - 0102

[2501 a 3000 processos]

Entre os dias 09 e 10 do mês de outubro de 2018, o Excelentíssimo Senhor Desembargador do Trabalho **SAMUEL HUGO LIMA**, Corregedor Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 16/2018, divulgado em 16/8/2018 no DEJT (Edição 2541/2018 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 706). Presentes o Juiz Titular JOÃO BATISTA DA SILVA, a Juíza Substituta Auxiliar Fixa CARMEN LUCIA COUTO TAUBE e a Juíza Substituta SIUMARA JUNQUEIRA DE OLIVEIRA. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correccionado, o seguinte:

Equipe de Correição:	Ayrton Rocha, Luís Cláudio da Silva, Suely Suzuki
Jurisdição Atendida:	NATIVIDADE DA SERRA, REDENCAO DA SERRA, TAUBATE, TREMEMBE, SAO LUIZ DO PARAITINGA
Lei de Criação:	8.432/92
Data de Instalação:	20/05/1994
Data de Instalação do PJE:	02/07/2014
Data da Última Correição:	22/11/2017
Acervo Físico/Acervo Total:	10 %
Acervo PJe/Acervo Total:	90 %



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
JOAO BATISTA DA SILVA	27/01/1997

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
06/11/2017 a 06/11/2017	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
16/11/2017 a 15/12/2017	FERIAS
25/12/2017 a 25/12/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
17/01/2018 a 15/02/2018	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
16/02/2018 a 16/02/2018	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
19/02/2018 a 19/04/2018	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
20/04/2018 a 19/05/2018	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
29/05/2018 a 29/05/2018	PLANTAO JUDICIARIO COMPENSACAO
04/06/2018 a 03/07/2018	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
10/07/2018 a 08/08/2018	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
28/07/2018 a 28/07/2018	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
29/07/2018 a 29/07/2018	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
09/08/2018 a 10/08/2018	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
20/08/2018 a 20/09/2018	FERIAS



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/11/2017 a 20/09/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
CARLOS EDUARDO VIANNA MENDES	28/11/2017 a 28/11/2017
CARLOS EDUARDO VIANNA MENDES	04/12/2017 a 04/12/2017

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
CARMEN LUCIA COUTO TAUBE	07/01/2017 a 19/12/2017
CARMEN LUCIA COUTO TAUBE	08/01/2018 a 20/09/2018

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
05/05/2018 a 05/05/2018	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
04/06/2018 a 03/07/2018	FERIAS

NOME	PERÍODO
SIUMARA JUNQUEIRA DE OLIVEIRA	01/11/2017 a 05/11/2017
SIUMARA JUNQUEIRA DE OLIVEIRA	06/11/2017 a 06/11/2017
SIUMARA JUNQUEIRA DE OLIVEIRA	07/11/2017 a 19/11/2017
SIUMARA JUNQUEIRA DE OLIVEIRA	07/02/2018 a 16/02/2018
SIUMARA JUNQUEIRA DE OLIVEIRA	17/02/2018 a 18/02/2018
SIUMARA JUNQUEIRA DE OLIVEIRA	19/02/2018 a 19/04/2018
SIUMARA JUNQUEIRA DE OLIVEIRA	20/04/2018 a 20/09/2018

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
16/07/2018 a 14/08/2018	FERIAS



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [31/08/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ALINE SANTOS DA SILVA	REQ	FC-01 EXECUTANTE	13/06/2016
ANA ROSA DEMETRIO	TJA	FC-02 ASSISTENTE	24/10/2016
ANDRE LUIZ DE CARVALHO	TJA	-	16/04/2018
BENEDITO ROGERIO PIMENTEL MACHADO	TJA	FC-04 CALCULISTA	29/04/1997
CIRO RIBEIRO DOS SANTOS	AJJ	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	30/09/1997
CRISTIANO GRECO BARROSO	REQ	FC-02 ASSISTENTE	06/02/2017
DEBORA CARDOSO GALENTI	TJA	FC-02 ASSISTENTE	29/09/2017
HUDSON DIAS DE OLIVEIRA	TJA	FC-02 ASSISTENTE	07/01/2015
JAIME DE SOUZA DOMICIANO	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	18/11/1997
PATRICIA COLLI COELHO	TJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	04/11/2013
RAFAEL BUENO DE GOUVEA	REQ	FC-01 EXECUTANTE	10/05/2017
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			8
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			3



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [11/2017 a 08/2018]:

(fonte: e-Correção Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	25
PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSO	2
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	28
TOTAL	55



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [31/08/2018]:

(fonte: e-Correção Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
MARIA JULIA DE LIMA AYRES	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/02/2017
MATHEUS WILLIAM SANTOS REGO BETTIN	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/04/2018



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [31/08/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
CARMEN LUCIA COUTO TAUBE	17
JOAO BATISTA DA SILVA	66
SIUMARA JUNQUEIRA DE OLIVEIRA	60

SERVIDORES	HORAS
ALINE SANTOS DA SILVA	14
ANA ROSA DEMETRIO	54
ANDRE LUIZ DE CARVALHO	64
BENEDITO ROGERIO PIMENTEL MACHADO	54
CIRO RIBEIRO DOS SANTOS	72
CRISTIANO GRECO BARROSO	14
DEBORA CARDOSO GALENTI	24
HUDSON DIAS DE OLIVEIRA	174
JAIME DE SOUZA DOMICIANO	54
PATRICIA COLLI COELHO	14
RAFAEL BUENO DE GOUVEA	14



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [11/2017 a 08/2018]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	1.627	1.167	1.506
	Aguardando encerramento da instrução	1.067	906	1.030
	Aguardando prolação de sentença	183	165	242
	Aguardando cumprimento de acordo	450	419	455
	Solucionados pendentes de finalização na fase	2.554	1.609	2.450
	Pendentes de finalização	5.880	4.261	5.682
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	687	248	588
	Liquidados pendentes de finalização na fase	705	603	778
	Pendentes de finalização	1.392	852	1.365
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	2.235	1.381	2.062
	Encerrados pendentes de finalização na fase	158	108	150
	Pendentes de finalização	2.401	1.489	2.216
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	5	14
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	0	11	1
TOTAL		9.673	6.618	9.278

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [11/2016 a 09/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	1.982	1.236	1.985
	Aguardando encerramento da instrução	1.113	860	1.092
	Aguardando prolação de sentença	322	160	270
	Aguardando cumprimento de acordo	478	420	509
	Solucionados pendentes de finalização na fase	2.294	1.544	2.232
	Pendentes de finalização	6.186	4.218	6.085
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	1.055	488	864
	Liquidados pendentes de finalização na fase	379	302	410
	Pendentes de finalização	1.436	790	1.274
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	2.446	1.440	2.284
	Encerrados pendentes de finalização na fase	27	120	49
	Pendentes de finalização	2.473	1.561	2.333
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	0	0
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	0	65	0
TOTAL		10.095	6.634	9.692



5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [11/2017 a 08/2018]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	523	570	144
Exceções de Incompetência	12	20	4
Antecipações de Tutela	287	305	19
Impugnações à Sentença de Liquidação	37	32	41
Embargos à Execução	71	62	61
Embargos à Arrematação	2	1	1
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	12	27	10
TOTAIS	944	1.017	280

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [11/2016 a 09/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	550	494	212
Exceções de Incompetência	12	3	11
Antecipações de Tutela	354	350	49
Impugnações à Sentença de Liquidação	27	14	36
Embargos à Execução	61	40	54
Embargos à Arrematação	0	0	0
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	40	24	32
TOTAIS	1.044	925	394



6 - RECURSOS [11/2017 a 08/2018]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	1.153	1.273	223
Recurso Adesivo	97	120	29
Agravo de petição	41	25	40
Agravo de Instrumento	10	0	13
TOTAIS	1.301	1.418	305

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

6 - RECURSOS [11/2016 a 09/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	1.158	854	568
Recurso Adesivo	46	19	59
Agravo de petição	24	19	26
Agravo de Instrumento	12	7	9
TOTAIS	1.240	899	662



7 - PRAZOS MÉDIOS [11/2017 a 08/2018]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	768	283	219	298
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.545	561	411	545
Total / Média	2.313	469	363	473

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	725	291	227	308
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.457	609	434	580
Total / Média	2.182	503	381	499

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	470	18	21	21
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	1.099	48	35	42
Total / Média	1.569	39	32	37

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	174	512	249	452
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	418	520	254	438
Total / Média	592	518	253	441

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	623	3.299	1.850	2.833
Do início ao encerramento da execução - ente público	20	2.317	1.200	1.785
Total / Média	643	3.269	1.799	2.775

*Do início até a extinção da execução



PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

7 - PRAZOS MÉDIOS [11/2016 a 09/2017]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	659	282	210	286
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.726	500	369	509
Total / Média	2.385	440	332	443

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	677	310	215	295
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.560	524	377	532
Total / Média	2.237	459	337	460

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	380	50	24	37
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	1.068	74	35	62
Total / Média	1.448	67	33	56

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	138	856	267	623
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	449	720	282	567
Total / Média	587	752	279	580

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	346	2.955	1.827	2.414
Do início ao encerramento da execução - ente público	27	2.679	995	1.965
Total / Média	373	2.935	1.736	2.377

*Do início até a extinção da execução

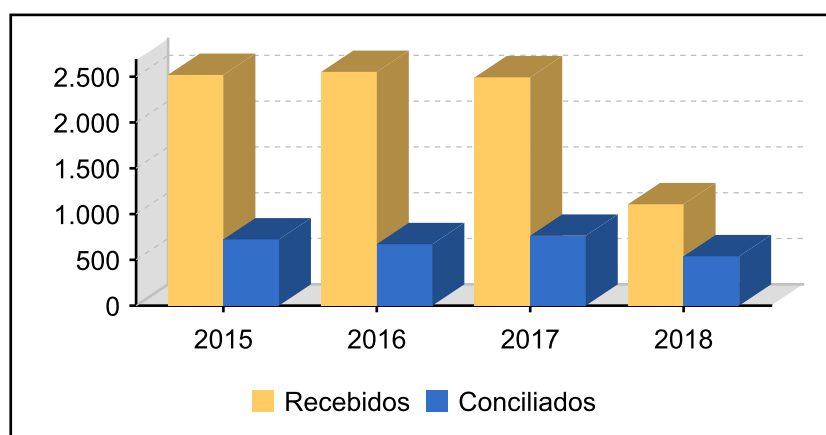


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

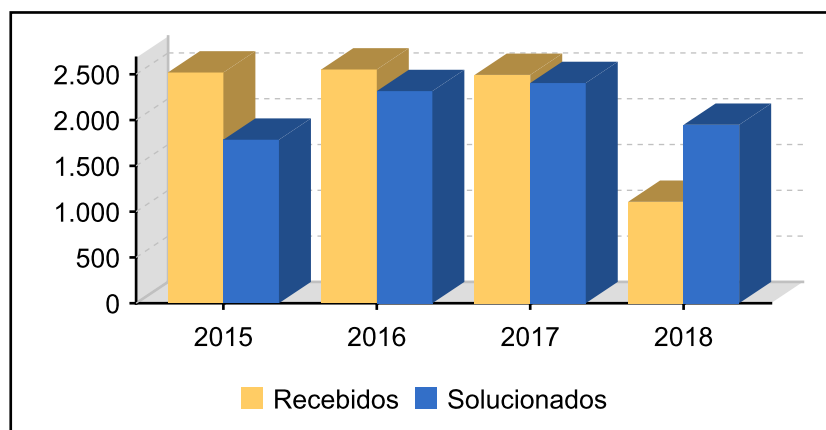
8.1 - Índice de conciliações [até 08/2018]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2015	2.519	723	28,70
2016	2.552	671	26,29
2017	2.493	763	30,61
2018	1.107	539	48,69



8.2 - Índice de soluções [até 08/2018]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2015	2.519	1.785	70,86
2016	2.552	2.316	90,75
2017	2.493	2.404	96,43
2018	1.107	1.948	175,97



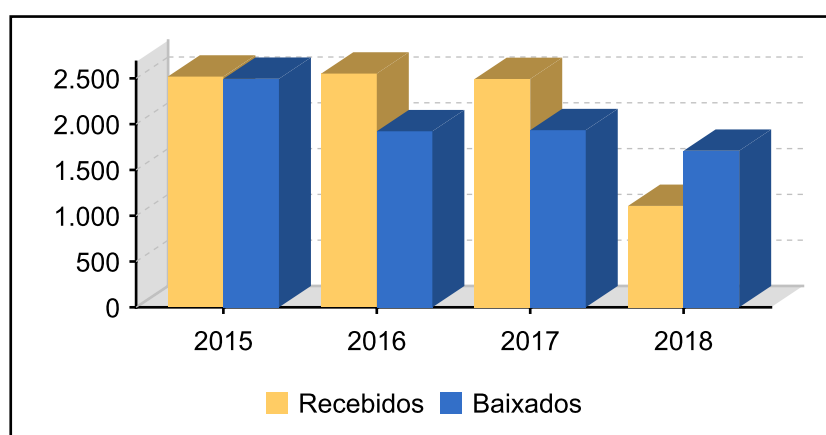


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

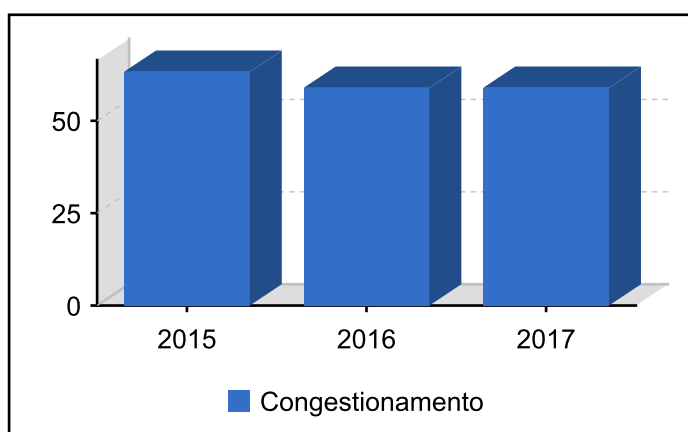
8.3 - Índice de baixas [até 08/2018]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2015	2.519	2.495	99,05
2016	2.552	1.922	75,31
2017	2.493	1.934	77,58
2018	1.107	1.709	154,38



8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2015	2.338	2.519	1.785	63,25
2016	3.085	2.552	2.316	58,91
2017	3.359	2.493	2.404	58,92





9 - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO - IGest:

As informações serão apresentadas no item
"15.2 – INFORMAÇÕES SOBRE OS ÍNDICES NACIONAIS"

Os índices podem ser acessados por todos os usuários do Sistema e-Gestão
(novoe gestao.tst.jus.br – na subpasta “Indicadores”).



10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [09/2017 a 08/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	733	61,1	35,1
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.303	108,6	62,4
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	2.036	169,7	97,6
Processos solucionados - sem exame de mérito	557	46,4	26,7
Incidentes Processuais Resolvidos	1.220	101,7	58,5
Dias-Juiz	626	52,2	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	40.868	83,1	48,3
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	45.280	92,0	53,5
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	86.148	175,1	101,9
Processos solucionados - sem exame de mérito	14.253	29,0	16,9
Incidentes Processuais Resolvidos	34.995	71,1	41,4
Dias-Juiz	25.370	51,6	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	127.726	69,6	44,8
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	160.610	87,5	56,4
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	288.336	157,0	101,2
Processos solucionados - sem exame de mérito	43.468	23,7	15,3
Incidentes Processuais Resolvidos	106.219	57,9	37,3
Dias-Juiz	85.462	46,5	---

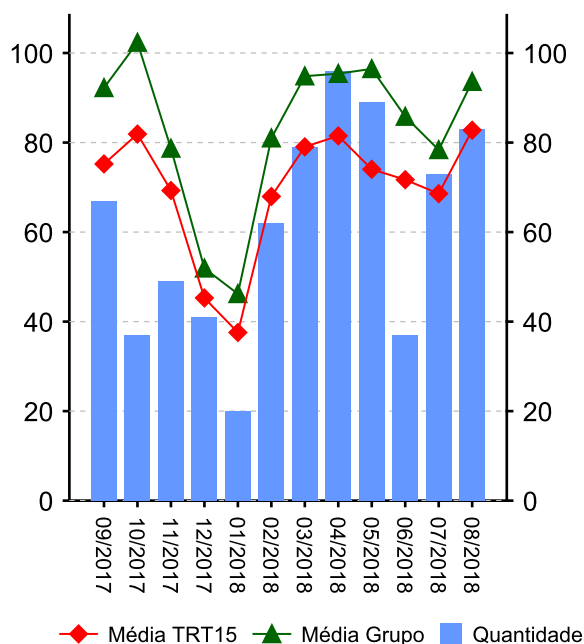
*Aferição de Resultado Individual Aproximado

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [09/2017 a 08/2018]:

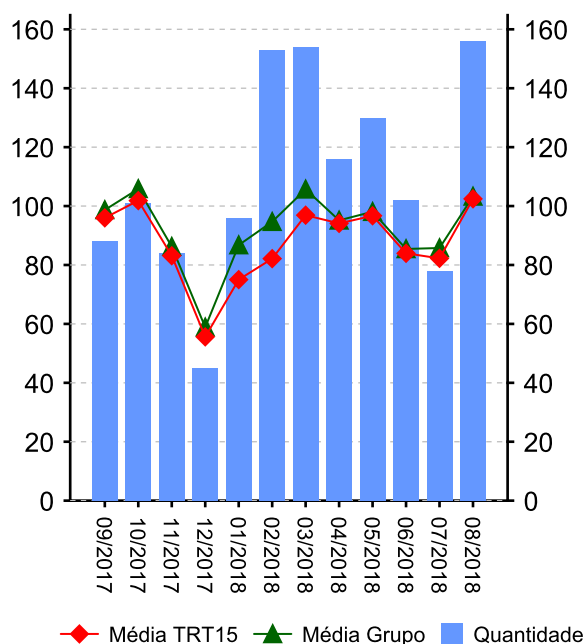
(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos

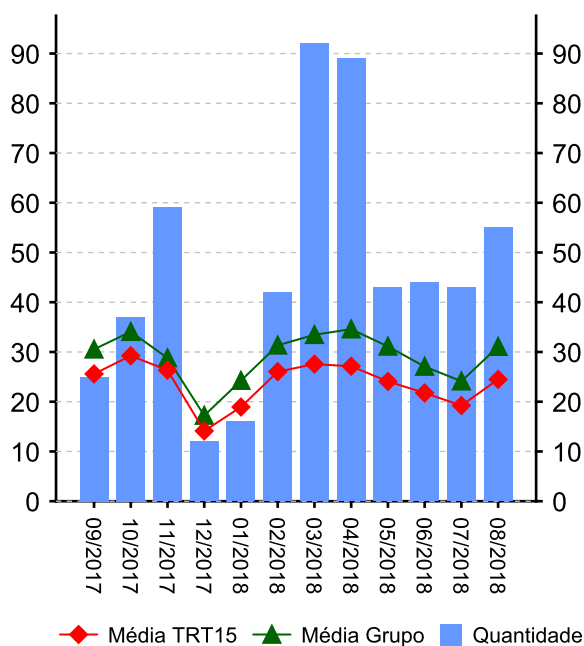
Processos Solucionados - com exame de mérito (conciliações)



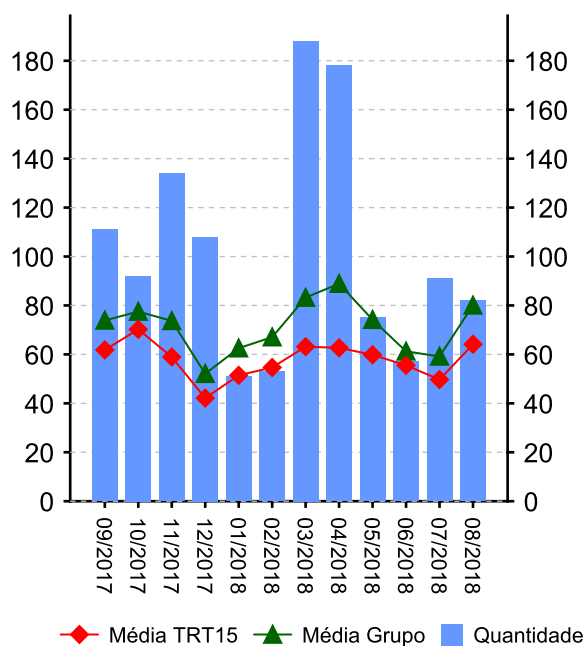
Processos Solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações)



Processos Solucionados - sem exame de mérito



Incidentes Processuais Resolvidos





10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[09/2017 a 08/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	92	7,7	4,4
Sessões de audiência realizadas - instrução	505	42,1	24,2
Sessões de audiência realizadas - una	1.316	109,7	63,1
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	519	43,3	24,9
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	192	16,0	9,2
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.821	151,8	87,3
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	711	59,3	34,1
Dias-Juiz	626	52,2	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	25.370	51,6	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	85.462	46,5	---

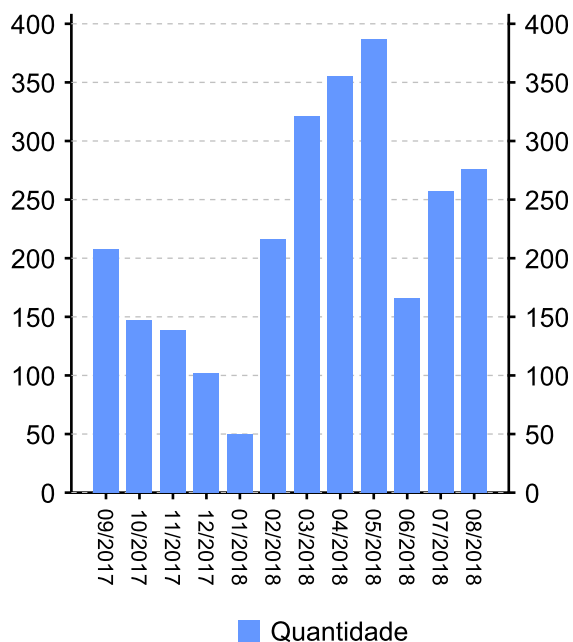
10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[09/2017 a 08/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

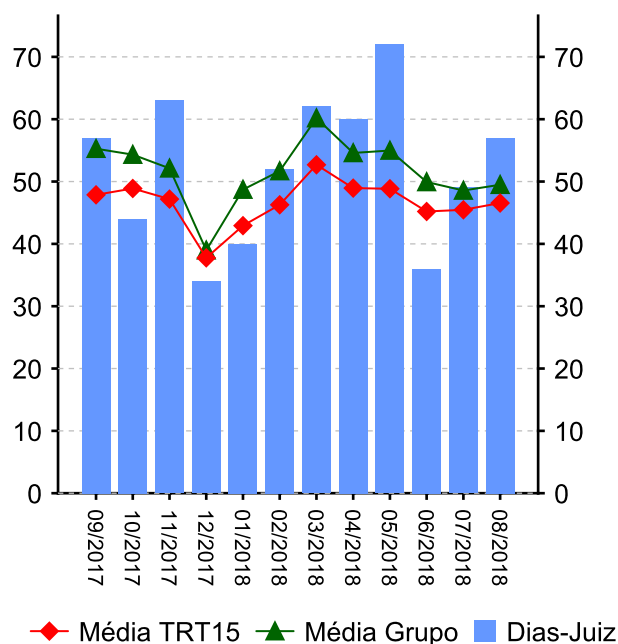
Resumo - Audiências

Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
09/2017	47	17	0	32	112	208
10/2017	3	3	0	30	111	147
11/2017	11	0	0	38	90	139
12/2017	41	4	0	27	30	102
01/2018	13	1	0	8	28	50
02/2018	72	1	0	40	103	216
03/2018	81	17	13	54	156	321
04/2018	64	30	33	40	188	355
05/2018	78	35	22	63	189	387
06/2018	36	18	0	33	79	166
07/2018	35	52	0	69	101	257
08/2018	38	14	24	71	129	276
Total	519	192	92	505	1316	2624

Dias-Juiz



Dias-Juiz

Mês/Ano	Qtd
09/2017	57
10/2017	44
11/2017	63
12/2017	34
01/2018	40
02/2018	52
03/2018	62
04/2018	60
05/2018	72
06/2018	36
07/2018	49
08/2018	57
Média Mensal	52,2



PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [10/2016 a 09/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	808	67,3	34,0
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.243	103,6	52,3
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	2.051	170,9	86,3
Processos solucionados - sem exame de mérito	428	35,7	18,0
Incidentes Processuais Resolvidos	964	80,3	40,6
Dias-Juiz	713	59,4	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	41.074	83,5	46,7
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	44.936	91,3	51,1
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	86.010	174,8	97,9
Processos solucionados - sem exame de mérito	16.201	32,9	18,4
Incidentes Processuais Resolvidos	35.069	71,3	39,9
Dias-Juiz	26.364	53,6	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	129.114	70,3	44,6
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	157.059	85,5	54,2
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	286.173	155,9	98,8
Processos solucionados - sem exame de mérito	49.167	26,8	17,0
Incidentes Processuais Resolvidos	111.245	60,6	38,4
Dias-Juiz	86.876	47,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

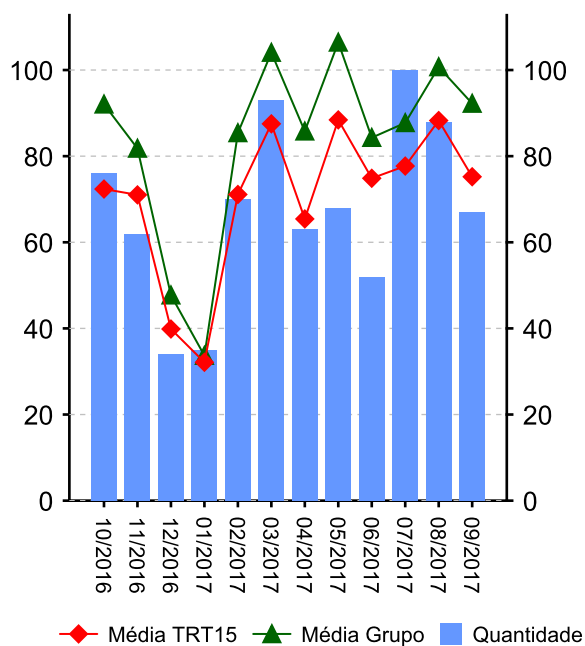
PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [10/2016 a 09/2017]:

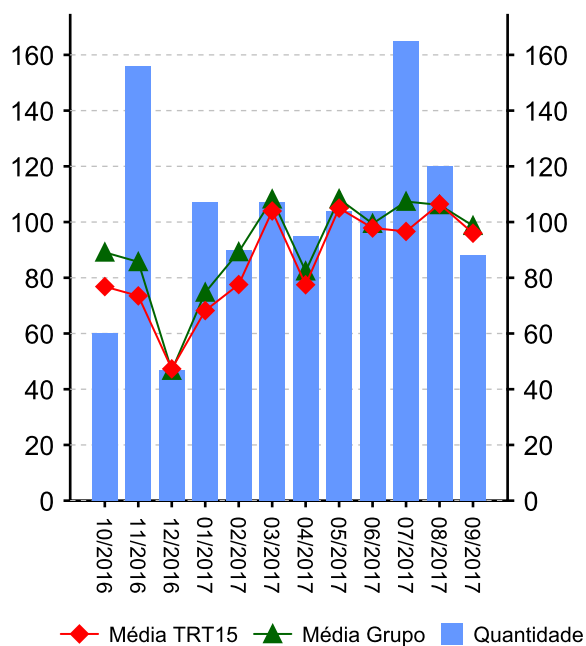
(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos

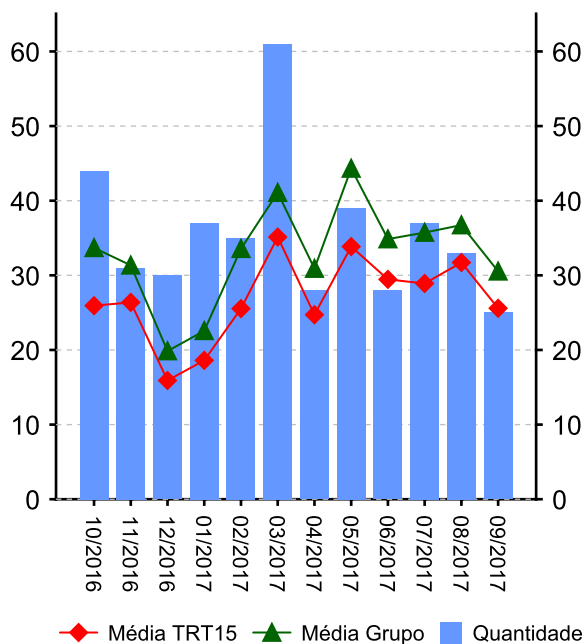
Processos Solucionados - com exame de mérito (conciliações)



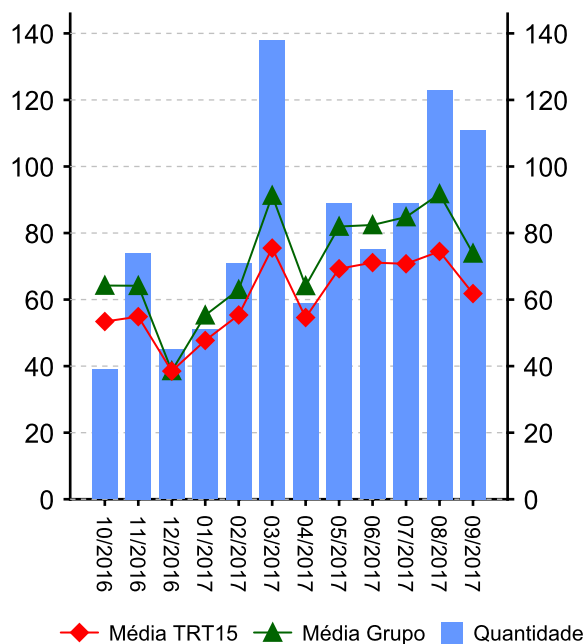
Processos Solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações)



Processos Solucionados - sem exame de mérito



Incidentes Processuais Resolvidos





PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[10/2016 a 09/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	9	0,8	0,4
Sessões de audiência realizadas - instrução	441	36,8	18,6
Sessões de audiência realizadas - una	1.605	133,8	67,5
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	514	42,8	21,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	230	19,2	9,7
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	2.046	170,5	86,1
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	744	62,0	31,3
Dias-Juiz	713	59,4	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	26.364	53,6	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	86.876	47,3	---

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

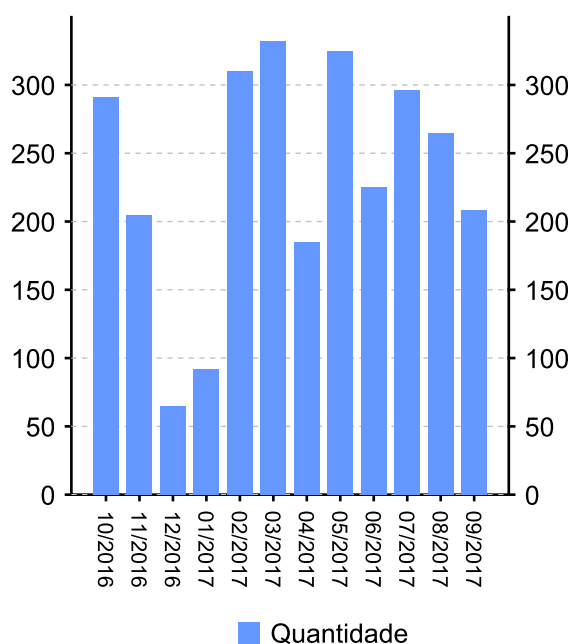
10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[10/2016 a 09/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

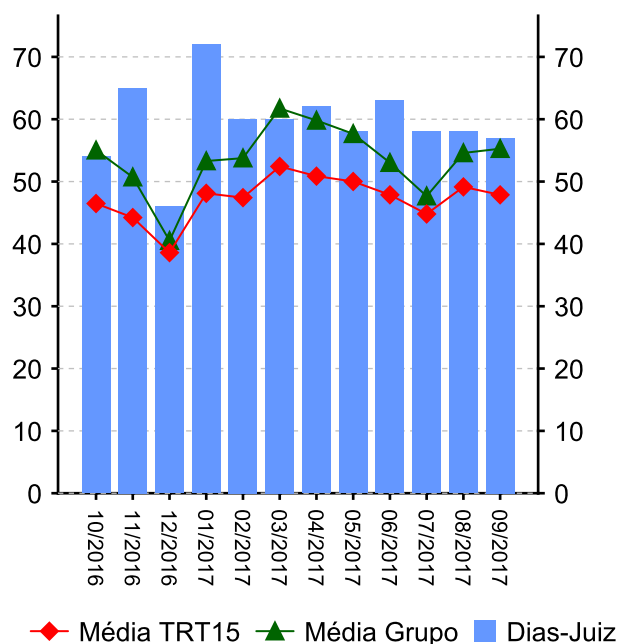
Resumo - Audiências

Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
10/2016	30	16	6	52	187	291
11/2016	12	23	1	40	129	205
12/2016	2	4	1	11	47	65
01/2017	4	2	0	20	66	92
02/2017	68	8	1	60	173	310
03/2017	57	25	0	61	189	332
04/2017	43	7	0	24	111	185
05/2017	65	120	0	19	121	325
06/2017	28	2	0	29	166	225
07/2017	89	3	0	50	154	296
08/2017	69	3	0	43	150	265
09/2017	47	17	0	32	112	208
Total	514	230	9	441	1605	2799

Dias-Juiz



Dias-Juiz

Mês/Ano	Qtd
10/2016	54
11/2016	65
12/2016	46
01/2017	72
02/2017	60
03/2017	60
04/2017	62
05/2017	58
06/2017	63
07/2017	58
08/2017	58
09/2017	57
Média Mensal	59,4

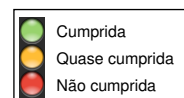
11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar 90% dos processos recebidos no ano corrente

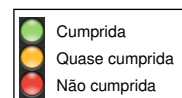
Casos Novos	Solucionados	Meta	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos Solucionados	Grau de Cumprimento
2493	2404	2244	0	208	200	100 % 



Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015

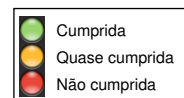
Processos distribuídos até 31/12/2015	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
2519	2267	2174	93	200	45	23 % 	96 % 



Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar 90% do total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Meta	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
674	482	607	125	56	40	79 % 





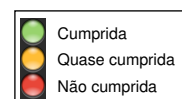
11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2017, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014

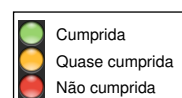
Processos pendentes da meta em 31/12/2014	Processos solucionados a partir de 01/01/2015	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução na meta (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
20	18	1.6	1	95 %



Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base 2016 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2016	Prazo Médio em 2017	Meta	Grau de Cumprimento
378	455	363	75 %





12 - ARRECADAÇÃO [11/2017 a 08/2018]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 618.424,07	R\$ 291.480,24	R\$ 324,05	R\$ 3.444.562,98



13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO [até 08/2018]:

(fonte: e-Gestão)

ANO	PROCESSOS
2009	1
2010	2
2011	8
2012	27
2013	38
2014	93
2015	243
2016	566
2017	1130
2018	769



14 – ANÁLISE DO QUADRO DE PESSOAL:

Média Trienal de Processos (Conhecimento e Execução)	Lotação Paradigma (Resolução nº 219/2016 do E. CNJ)	Lotação Adicional	Lotação Final (sem OJA)	Lotação (Oficial de Justiça Avaliador)
2975	10	2	12	0

Fonte: Portaria GP nº 20/2018 – Anexo republicado na Portaria GP nº 26/2018

A Resolução nº 219/2016 do E. CNJ instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Por sua vez, a Portaria GP nº 20/2018, de 16/04/2018, aprovou a lotação quantitativa para a primeira instância do TRT da 15ª Região.

Observando a lotação da unidade (item 3.1), constata-se que o número atual de 11 servidores está abaixo dos parâmetros fixados na referida Portaria.

Além disso, foi informado pelo gestor que na Unidade também atuam os assistentes de Juiz:

- Tania Nocera – Assistente do Juiz Titular João Batista da Silva;
- Francarrelli Barbato Salomon – Assistente da Juíza Auxiliar Fixa Carmen Lúcia Couto Taube
- Roberta Bizzaria Souza e Santos – Assistente da Juíza Substituta Siumara Junqueira de Oliveira.

15 – ACERVO DA UNIDADE:

15.1 – PROCESSOS SEM TRAMITAÇÃO:

(fonte: informação da Unidade em 20/09/2018)

PJe		SAP	
Data de corte:	19/08/2018	Data de corte:	19/08/2018
Saldo:	2.358	Saldo:	710
Data do mais antigo:	15/07/2017	Data do mais antigo:	13/03/2017
		Total:	3.068



15.2 – INFORMAÇÕES SOBRE OS ÍNDICES NACIONAIS:

Como divulgado pelo Tribunal Superior do Trabalho, o Índice Nacional de Gestão do Desempenho da Justiça do Trabalho – IGEST foi desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho a partir de experiências como o Mapeamento Global de Desempenho – MGD, bem como de estudos realizados pela Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do TST com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das Varas do Trabalho do país.

Para tanto, apresenta um referencial numérico que sintetiza os mesoindicadores Acervo, Celeridade, Produtividade, Taxa de Congestionamento e Força de Trabalho, adotados em consonância com os objetivos judiciais de assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional, estimular a conciliação e as soluções alternativas de conflito e impulsionar as execuções trabalhistas e fiscais. Os índices podem ser acessados por todos os usuários do Sistema e-Gestão (novoegestao.tst.jus.br – na subpasta “Indicadores”), com atualizações divulgadas trimestralmente.

Observando os relatórios já disponibilizados é possível verificar que a 2ª Vara do Trabalho de Taubaté obteve melhora nos índices Acervo (de 0,80 para 0,66), Produtividade (de 0,64 para 0,51), Taxa de Congestionamento (de 0,82 para 0,75) e Força de Trabalho (de 0,72 para 0,59), não obstante tenha elevado sua criticidade no indicador Celeridade (de 0,75 para 0,80). O resultado geral indica essa evolução positiva, de 0,74 para 0,66, classificando a unidade da 153ª posição para a 149ª posição no Igest, entre as unidades do TRT15.

Além disso, a Unidade encontra-se inserida no Projeto Apoia15 da Corregedoria Regional, tendo apresentado plano de ação com base no método 5W2H e desenvolvimento por meio da análise do ciclo PDCA, para desenho do novo processo de trabalho. Esse primeiro plano foi homologado pela Corregedoria e seguiu acompanhado. Há outro plano de ação em curso, cujas atividades estão relatadas no Pedido de Providências 3968/2016, que está pendente de apreciação pelo setor próprio desta Corregedoria e tem o seguinte teor:

“PLANEJAMENTO DOS TRABALHOS – MESES DE OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2018

Levando-se em consideração os números alçados nas plataformas SAP1G e SICOND, parte-se da seguinte quantidade de processos sem tramitação há mais de 80 (oitenta) dias, com data de corte em 10/7/2018:

FASE	CORTE 10/07		
	SAP	PJE	TOTAL
CON	0	0	0
LIQ	0	0	0
EXE	3	903	906
ARQ	618	-	618
TOTAL	621	903	1524



A projeção para o mês de outubro, com o incremento dos processos do mês, considerando que em 31/10 faremos o corte de 80 dias em 10/8/2018, indica as seguintes quantidades de processos:

FASE	CORTE 10/08 (OUTUBRO)		
	SAP	PJE	TOTAL
CON	1	50	51
LIQ	9	234	243
EXE	12	1206	1218
ARQ	647	-	647
TOTAL	669	1490	2159

Já a projeção para o mês de novembro, com os devidos incrementos, já que em 30/11 cortaremos em 10/9/2018, indica as seguintes quantidades de processos:

FASE	CORTE 10/09 (NOVEMBRO)		
	SAP	PJE	TOTAL
CON	45	373	418
LIQ	62	622	684
EXE	18	1680	1698
ARQ	674	-	674
TOTAL	799	2675	3474

Considerando-se as fruições de férias por parte de alguns servidores, assim como a frequência obrigatória de 2 (dois) servidores no Curso de Integração Presencial de novos servidores promovido pela Escola Judicial, trabalhar-se-á com as seguintes forças de trabalho nos meses em referência:

PROCESSOS DO DIA DO DIA OUTUBRO (11/7 A 10/8)						
FASE	SAP	PJE	TOTAL	FT	SALDO	PASSIVO
CON	1	50	51	496	445	0
LIQ	9	234	243	296	53	0
EXE	9	303	312	368	56	850
ARQ	29	-	29	100	71	547
TOTAL	48	587	635	1260	625	1397

PROCESSOS DO DIA DO DIA NOVEMBRO (11/8 A 10/9)						
FASE	SAP	PJE	TOTAL	EXCEDENTE	FT	SALDO
CON	44	323	367	445	527	0
LIQ	53	388	441	53	340	-48
EXE	6	474	480	0	408	-72
ARQ	27	-	27	0	85	58
TOTAL	130	1185	1315		1360	-62

Os números grafados em verde nas planilhas supra refletem a quantidade maior de processos que poderiam ser trabalhados nas fases respectivas, de modo que serão operacionalizados, ou (1) para redução do corte da própria fase (de 80 para 60 dias, por exemplo) ou (2) para deslocamento da mão de obra de uma fase para outra (por exemplo para a fase de execução), guardando-se, nessa eventualidade, uma proporção quantitativa menor nesse deslocamento por conta da complexidade da fase de execução e consequente movimentação menor de processos.

Espera-se, com isso, livre de eventuais intercorrências, reduzir ainda mais a quantidade inicial de processos sem tramitação há mais de 80 (oitenta) dias (1524



processos), guardando-se o resultado efetivo por conta da opção pelo investimento que se fará, consoante indicado no parágrafo anterior.

Retomar-se-á, ainda, o trabalho com os processos na fase ARQ, de modo a, também com relação a esses processos, reduzir o passivo e trazer os prazos dos processos físicos da fase, ora muito distantes dos demais (março/2017), para uma realidade mais palatável.

Certos da compreensão dessa Egrégia Corregedoria, agradecemos mais uma vez o ingente apoio que tem sido dispensado à nossa Unidade.

Respeitosamente,

Taubaté, 1 de outubro de 2018 (segunda-feira).” (a) **Ciro Ribeiro dos Santos**, Diretor de Secretaria 3 (a) **Jaime de Souza Domiciano**, Assistente de Diretor

16 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 26 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

16.1 – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”, a exemplo dos processos nº 0010951-74.2015.5.15.0102, 0011086-18.2017.5.15.0102 e 0011230-26.2016.5.15.0102;

16.2 – ordena, imediatamente após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento, a exemplo dos processos nº 0010948-56.2014.5.15.0102, 0000790-10.2012.5.15.0102 e 0002479-55.2013.5.15.0102;

16.3 – não determina a citação do(s) sócio(s) quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora, porém a Unidade adota o procedimento de incidente de desconsideração de personalidade jurídica, nos termos do artigo 133 a 137 do CPC;

16.4 – faz uso dos sistemas BACENJUD (e em consulta em 04/10/2018, verificou-se a existência de 676 protocolos nos últimos 12 meses, não havendo pendências) e INFOJUD (a exemplo dos processos nº 0012073-88.2016.5.15.0102, 0201000-82.2009.5.15.0102 e 0148300-81.1999.5.15.0102);

16.5 – há audiências designadas em 05 dias da semana;

16.6 – inclui na pauta de audiências de conciliação os processos na fase de execução – foram realizadas 192 no período de 09/2017 a 08/2018;

16.7 – exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a



utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, SIMBA (em implementação) e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da Vara do Trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos, e data de conclusão ao MM. Juiz para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.

17 – PROCESSOS SOLUCIONADOS:

Conforme item 10.1 da presente Ata, a Unidade contou com média de 52,2 dias-juiz nos últimos doze meses, superior à média do grupo (51,5) mas inferior à média mensal apurada no último período correicional (59,4).

Também se observa que, proporcionalmente a essa disponibilidade de magistrados, a Unidade alcançou média mensal (RARIA) de 35,1 processos solucionados por meio de conciliações, inferior à média de referido grupo (RARIA 49,0) mas superior à apuração do período correicional anterior (RARIA 34,0).

Excetuando-se as conciliações, a média de processos solucionados com exame de mérito, considerando-se a média proporcional a um magistrado presente ao longo de cada mês (RARIA) foi de 62,4, superior à média do grupo, de 53,7 (RARIA) e à média do período correicional anterior (RARIA de 52,3), resultando em média total de solucionados com exame de mérito, de 97,6 (RARIA) na Unidade, inferiores à média do grupo 102,7 (RARIA), no mesmo período, e ao RARIA de 97,9 apurado no último período.

Assim, destaca-se também não ter sido cumprida no último ano a Meta 5 da Justiça do Trabalho (reduzir em 4% o prazo médio do conhecimento, com 75% de cumprimento) – conforme item 11.

18 – AUDIÊNCIAS



Conforme informado pelo gestor da Unidade em 19/09/2018, há audiências agendadas com regularidade até:

TIPO	DESIGNADAS COM REGULARIDADE ATÉ	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	PRAZO ATÉ A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA (EM DIAS)
INICIAIS/ Ord:	11/02/2019	16	146
INICIAIS/ Sum:	11/02/2019	3	146
UNAS/ Ord:	02/05/2019	39	226
UNAS/Sum:	02/05/2019	41	226
INSTRUÇÕES/Ord:	29/08/2019	33	345
INSTRUÇÕES/Sum:	29/08/2019	2	345
CONCILIAÇÃO:	11/02/2019	1	146
MEDIAÇÃO:	Cejusc em instalação	100	-

Observação: Foi informado pela Unidade que a pauta não é automatizada. Porém, é utilizado o conceito de pauta “inteligente”, com análise dos feitos para eventual retirada de pauta. A Unidade não inclui feitos que envolvam órgãos públicos em pauta. Processos cuja instrução dependa de prova pericial são incluídos em pauta, havendo designação de nova data nos casos em que for necessário colher mais provas.

18.1 – COMPOSIÇÃO DAS PAUTAS (fonte: Vara do Trabalho)

18.1.1 – JUIZ TITULAR/JUIZ SUBSTITUTO

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã	4	3	4			11
	tarde						
terça	manhã	4		3	1		8
	tarde						
quarta	manhã	3	3	3			9
	tarde						
quinta	manhã	5	3	1			9
	tarde						
sexta	manhã	2		1			3
	tarde						

18.1.2 – JUIZ SUBSTITUTO AUXILIAR



DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã	6	3	4	1		14
	tarde						
terça	manhã						
	tarde						
quarta	manhã	6	3	4			13
	tarde						
quinta	manhã	6	3	4			13
	tarde						
sexta	manhã						
	tarde						

18.2 – MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO:

O gestor informou serem adotadas na Unidade medidas de incentivo à mediação, apontando são realizadas em média mais de 20 mediações por mês, sempre com a presença de um Magistrado, sendo incluídos essencialmente processos na fase de conhecimento e casos específicos das fases de liquidação e execução. Informou ainda que é iminente a instalação do CEJUSC, com quem trabalharão em parceria, e que há servidor capacitado para mediação na Unidade.

Frisa-se a importância desse meio de solução consensual de conflitos, que, estatisticamente, consiste em instrumento de auxílio e desafogamento do Judiciário, bem como de pacificação social, solução e prevenção de litígios. Assim, em estímulo às práticas já verificadas e pela busca de outras novas, a Corregedoria Regional registra elogio à Unidade.

18.3 – ANÁLISE:

A Unidade realizou média (RARIA) de 87,3 audiências unas e de instrução maior que o resultado verificado na última correição (item 10.2), proporcionalmente à disponibilidade média de magistrados (RARIA 86,1).



O prazo médio (item 7) do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução é de 469 dias, maior que o de seu grupo (363 dias), embora menor que o do Fórum (473 dias).

Observa-se ainda que no rito sumaríssimo esse prazo é de 283 dias, em média, enquanto nos demais processos, o prazo médio é de 561 dias. Indica-se assim, haver priorização das audiências no rito sumaríssimo.

Na correição anterior foi solicitado que a Unidade apresentasse um plano de ação para incrementar a pauta de audiências. O plano foi apresentado informando que, além da pauta normal de audiências, no total de 36 semanais, sendo 35 UNAS/INSTRUÇÃO, 1 para tentativa de conciliação na execução, para cada Magistrado, marcadas até 30.04.2018, e de 30 audiências, marcadas a partir de 02.05.2018, seriam também designadas dez audiências adicionais, como Mediação/INI, às sextas-feiras, nos processos com perícia já realizada. Com relação aos processos que dependem da realização da prova pericial, seriam designadas mais cinco audiências durante a semana, para tentativa de conciliação, antes da marcação da perícia, e mais nove audiências semanais, a partir de 02.05.2018, quando a pauta seria reduzida para 30 audiências semanais. Com a execução do plano até 07.05.2018 foram realizadas 100 audiências para tentativa de conciliação, e na média, 160 audiências mensais para cada magistrada, contribuindo para a redução do prazo médio entre o ajuizamento da ação e o encerramento da instrução.

Apesar dos esforços da Unidade, em comparação com o verificado na última correição, esse prazo médio aumentou de 440 para 469 dias, refletindo também na ampliação do lapso temporal entre a designação e a realização de audiências de instrução, atualmente em 345 dias, quando registrara 304 dias, no período correicional anterior.

Considerando haver audiências de instrução até 29/08/2019 (portanto, com espera média para realização da audiência maior do que verificada na última correição) e considerando a ampliação do prazo médio até o encerramento da instrução (item 7), além de não ter sido atingida a Meta 5 da JT para reduzir em 4% o prazo médio de duração do processo, determina-se que o Juízo apresente, em 15 dias, plano de ação com medidas que possibilitem reduzir o prazo para realização das audiências, priorizando os feitos submetidos ao rito sumaríssimo e, por consequência, a redução do prazo médio do ajuizamento ao encerramento da instrução.

Frisa-se a importância do Juízo em manter a boa prática Mediação/INI pela melhora dos resultados.



19 – CONSTATAÇÕES:

Após a exposição dos principais índices da Unidade a toda a equipe, foi realizada reunião com trio gerencial.

A unidade esclarece que em verdade há uma gestão com quatro integrantes, porque além do diretor, são considerados os três orientadores de cada fase. A gestão de processos tem sido realizada por meio de relatórios sem tramitação de SICOND, a partir dos quais são geradas planilhas disponibilizadas no GOOGLE DRIVE, o qual permite compartilhamento e edição por todos os servidores. As planilhas ali geradas e editadas possibilitam um controle quantitativo e qualitativo de tramitações dos processos da unidade. A atuação sobre o acervo ou sobre o PJe é distribuída entre os servidores, conforme a melhor aptidão de cada um deles.

MEDIAÇÃO. A mediação foi inaugurada em setembro recente, com o CEJUSC, contudo em fase de transição, sobretudo na fase de conhecimento. Mediação na fase de conhecimento não tem efeito de arquivamento, revelia, tampouco há exigência de apresentação de defesa. O gestor informa que tem realizado algumas mediações nas fases de liquidação e execução, conforme a obrigatoriedade imposta pela Escola Judicial de realizar 10 audiências por mês, portanto, ainda restritamente. Esclarece que as mediações têm sido realizadas com vagas para final de outubro, tanto na unidade, quanto no CEJUSC em instalação.

Especialmente na fase de liquidação, a Corregedoria destaca, ao menos, duas práticas, a saber: designação de audiência de mediação, com a intimação das partes para apresentação de cálculos e determinação de depósito pela ré do valor que entende devido; não havendo acordo, na própria audiência ocorre a liberação dos valores encontrados nos autos, bem como, a homologação dos cálculos e citação da ré; ou apenas por despacho, a intimação da reclamada para apresentação de cálculos e depósito do valor que entende devido, seguindo-se a liberação do valor depositado, concomitantemente à concessão de prazo para o reclamante falar sobre os cálculos da reclamada; após, segue a homologação dos cálculos. A prática tem demonstrado um reduzido número de impugnação à sentença de liquidação. No mais, persistindo a controvérsia sobre as contas, a designação de perícia para cálculos complexos ou realização de cálculos simples (e.g. verbas rescisórias) pelo calculista da unidade. A unidade deve avaliar a prática mais adequada.

A unidade não tem servidores em teletrabalho.

A unidade esclarece que, após um ano de implementação, as perícias, sob a prática



do controle de perícia sugerido pela Corregedoria tem sido melhor observado pelos peritos. Detêm a agenda do perito médico apenas, sendo que as demais perícias são agendadas diretamente com a parte. Tendem a notificar os peritos que não apresentaram o laudo concluído no prazo fixado e, diante de indubitável descumprimento, os peritos são destituídos.

Conversões em diligências. O relatório indica que nos últimos quatorze meses foram convertidos 365 processos em diligência, que decorrem da conversão para vinculação de juízes que atuam em auxílio julgamento.

A Corregedoria destaca o uso da subcaixa “Razões Finais”, na caixa “Cumprimento de providências”, da qual deve se valer a fim de evitar processos fora do fluxo, em observância da Portaria GP-CR 89/2015 que regulamenta o lançamento de conclusão para magistrado para prolação de sentença e decisão de incidentes processuais. Sempre que haja concessão de prazo para razões finais, o decurso de prazo deve aguardar na subcaixa “Razões Finais” sobretudo porque a prática é relevante para a extração de relatórios pertinentes a questões relacionadas a magistrados. Reitera-se, assim, cautela para não que não haja lançamento indevido de prazo “0”. No mais, alerta-se para intensificar o acompanhamento frequente e rigoroso de movimentação, como origem ou destino, de processos da subcaixa de “Razões Finais”. Nessa hipótese, por exemplo, o processo 0012549-9.2017.5.15.0102.

Alerta-se a unidade para os processos nas ocorrências ROM e DES no SAP1G. A primeira implica em demora na geração da conclusão para julgamento e a segunda, porque indica a indevida fragmentação de tarefas.

Na sentença de homologação, é determinada a manifestação do reclamante, nos termos dos artigos 878 e 11-A da CLT, após decurso do prazo para pagamento espontâneo. Diante disso, a Corregedoria destaca que, conforme se infere do art. 1ª da Recomendação nº 3/GCGJT, de 24 de julho de 2018, a prescrição intercorrente, “somente deverá ser reconhecida após expressa intimação do exequente para cumprimento de determinação judicial no curso da execução” (grifamos). No mais, trata de diversos procedimentos em relação à prescrição intercorrente que devem ser observados pelos juízes do trabalho.

20 – RECOMENDAÇÕES:

20.1 – utilizar a modelagem de gestão de processos, divulgando os arquivos



disponibilizados pela Corregedoria (Extranet – Jurídico – Orientações do Corregedor);

20.2 – observar o seguinte normativo: Recomendação GP-SS nº 01/2014 (pausas em trabalho com movimentos repetitivos e esforço visual);

20.3 – viabilizar a melhor forma de citação eletrônica, conforme previsto no inciso V do art.246 da Lei 13.105/2015 (Novo CPC), mediante contato com grandes empresas demandadas, e Municípios que consentirem com a utilização da medida;

20.4 – recomenda-se, com fundamento na Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, que ao menos no PJe fique sob responsabilidade dos assistentes de juiz a confecção das minutas das sentenças, dos embargos e das tutelas antecipadas, sendo que a ordem judicial nelas contidas deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dará imediato cumprimento à respectiva determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessário.

21 – DETERMINAÇÕES:

21.1 – encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para pfing.regressivas@agu.gov.br e regressivas@tst.jus.br, nos termos do Ofício Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012, e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011, assim como cópia de decisão nos casos de reconhecimento de agente insalubre após prova pericial (sentencas.dsst@mte.gov.br e insalubridade@tst.jus.br), de acordo com Ofício Circular TST.GP nº 670/2013 e Recomendação Conjunta 3GP.CGJT de 2013;

21.2 – diligenciar pelo devido cadastro dos Requisitórios de Pequeno Valor, no sistema de acompanhamento de 1º Grau, no campo “Estatística – Cadastro de Valores”, quando da requisição e do pagamento;

21.3 – priorizar a redução dos prazos médios nos processos em tramitação na Unidade, se existentes condições mínimas de lotação;

21.4 – envidar esforços para alcançar as Metas do E. CNJ e Justiça do Trabalho, especialmente considerando que em 2017, conforme registro no item 11 desta Ata não foram integralmente cumpridas a Meta 2, E. CNJ (identificar e julgar pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015); Meta 5, E. CNJ (baixar 90% do total de casos novos de execução no ano); Meta 6, E. CNJ (identificar e julgar ações coletivas distribuídas



até 31/12/2014) e Meta 5, JT (reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base 2016); respectivamente, com 96%, 79%, 95% e 75% de cumprimento;

21.5 – priorizar os atos processuais referentes aos feitos que aguardam pagamento ou garantia da execução, para início célere da execução, bloqueio de valores, e migração para o PJe;

21.6 – intensificar a realização de audiências nos processos da fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição;

21.7 – observar os termos da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, que trata da padronização das subcaixas no PJe;

21.8 – observar a regularidade de procedimentos para envio de bens e processos às hastas públicas unificadas, as quais estão previstas no Provimento GP-CR 03/2014 e nos itens I a IV da Ordem de Serviço CR nº 4, de 24 de fevereiro de 2016, evitando-se a retirada de bens para regularização posterior, assim como observar que após a inclusão do bem em hasta, na hipótese de acordo ou remição no processo o leiloeiro fará jus ao recebimento de comissão (sendo necessário o registro correspondente e não como “excluído de hasta”) e que na hipótese de o credor adquirir o bem, deverá fazê-lo na condição de arrematante;

21.9 – observar o Provimento GP-CR nº 04/2014, com alterações pelo Provimento GP-CR nº 01/2017, para a alienação por iniciativa particular por meio de Corretores cadastrados nesse Regional;

21.10 – apresentar o Juízo, em 15 dias, plano de ação com medidas que possibilitem reduzir o prazo para realização das audiências, priorizando os feitos submetidos ao rito sumaríssimo e, por consequência, a redução do prazo médio do ajuizamento ao encerramento da instrução que se encontra em 469 dias.

22 – PROCESSOS ANALISADOS:

Foram analisados, por amostragem, processos da Unidade, entre os dias 01/10/2018 e 02/10/2018, dentre os quais ensejam determinações os abaixo relacionados:



ORDEM	PROCESSO	SITUAÇÃO	DETERMINAÇÃO
1	0078200-77.1994.5.15.0102	Processo na variável 342 do e-Gestão (Processos pendentes de finalização na fase de conhecimento). Em 7/10/2015 teve 3 registros de ocorrência: SRE - sentença reformada, LNS - Lançamento de Solução julgado procedente em parte o pedido e APS - Apensado ao Processo no.78100/1994. Em 27/11/2017 foi desapensado e novamente apensado ao processo 78100-25.1994. Este, por sua vez, teve registrada a ocorrência "TRA - Trânsito em Julgado em 21/1/2015 e PJE - Migrado ao Processamento Eletrônico em 5/10/2015.	Sanear inconsistências.
2	0152800-20.2004.5.15.0102	Processo na variável 346 do e-Gestão (Processos pendentes de finalização na fase de liquidação). Em 27/03/2018 foi registrada a ocorrência "PZO - Prazo - recte: informar qualificação/nome correto/CPF/CNPJ" cujo vencimento se deu em 6/9/2018, ou seja, 6 meses depois. Tudo isso, não obstante constar no último despacho, datado de 25/7/2017 que o processo encontrava-se parado há mais de quatro anos, sem que o autor tivesse apresentado o CPF e mais informações do reclamado para prosseguimento da execução.	Analisar e tramitar o feito, além de sanear inconsistências.
3	0000740-13.2014.5.15.0102	Processo físico na variável 117 do e-GESTÃO (Embargos de declaração pendentes). Em 9/2/2017 foram registradas duas conclusões para decisão de Embargos de Declaração, mas há solução para apenas um deles. Há outros processos pendentes de solução.	Sanear inconsistências..
4	0194900-48.2008.5.15.0102	Processo físico na variável 150 do e-GESTÃO (Embargos à execução pendentes). Em 11/9/2018 foi registrada a ocorrência " PJE -Migrado ao Processamento Eletrônico". No entanto, em 02/08/2018 foi juntada a petição de Embargos à Execução (EE), que permanece sem solução. Há outro processo pendente de solução.	Sanear inconsistências..
5	0001070-49.2010.5.15.0102	Processo físico na variável 168 do e-GESTÃO (Exceções de Pré-executividade pendentes). Em 20/10/2017 foi registrada a	Sanear inconsistências..



		ocorrência "- PJE -Migrado ao Processamento Eletrônico". No entanto, em 20/1/2017 foi alterada a classificação da petição (Protocolo n. 15.632.180/2016) de "(EE)" para "EPE", que permanece sem solução. Há outros processos pendentes de solução.	
6	0013072-59.2016.5.15.0096	Processo eletrônico na tarefa "Aguardando o cumprimento de acordo ou pagamentos" desde 21/09/2018. O processo encontra-se na raiz da tarefa. Há outros 3 processos na mesma situação.	Providenciar o imediato envio dos processos para as subcaixas correspondentes.
Meta 2	0148900-53.2009.5.15.0102	Processo físico aguardando prazo para razões finais. Vencimento: 12/11/2018.	Priorizar a tramitação do feito tendo em vista que estar incluído na META 2 do CNJ.
	0000003-15.2011.5.15.0102	Processo físico aguardando a data da audiência designada para 01/07/2019.	Priorizar a tramitação do feito tendo em vista que esta incluído na META 2 do CNJ.

23 – VISITAS E ATENDIMENTOS:

No dia 09/10/18, comparecem os diretores da Subseção da OAB de Taubaté, Drs. Luiz Guilherme Paiva Vianna, Presidente, OAB 210.501 e Marli Ramon Fernandes Nogueira Santos, Vice-Presidente, OAB 157.795.

Foi dito que a Subseção reconhece a sensível melhoria da Vara, mas registram que ainda existe certa morosidade nas Varas, enaltecendo a atuação dos Juízes e servidores. Reclamam das dificuldades em relação ao PJe, especialmente em relação à anexação de documentos.

Entregam requerimento formulado por Luís Carlos da Silva. O Corregedor examinou os processos, constatando que se trata da reunião de várias execuções e que a Juíza responsável, Dra. Francina Nunes da Costa, está tomando todas as medidas cabíveis. Pelo Corregedor foi dito que Sua Excelência deverá dar prioridade a esses processos.

No dia, 10/10/18, comparecem os advogados Alexandre Morgado Ruiz, OAB/SP 199.296, Andrea Cristina Ferrari, OAB/SP 106.137, Gabriela Motta, OAB/SP 168.139, Advogado do Sindicato do Comércio Henrique Gigli Torres, OAB/SP 112.685, Kátia Padovani Pereira da Silva, OAB/sp 116.962, Marly Ramon Fernandes Nogueira Santos, OAB/SP 157.795, Rodolfo Silvio de Almeida, OAB/SP 150.777, Rogério de Barros Correia



Lopes, OAB/SP 126.315, e Sharlene Ramon de Mira, OAB/SP 254.590.

Os advogados presentes informam que encaminharam correspondência à Presidência do Tribunal da 15ª Região, em agradecimento à implantação do CEJUSC, cuja prática não deve ferir a dignidade dos litigantes. Falam da relevância da manutenção do espírito coletivo e colaborativo havido no Fórum de Taubaté. Indagam qual é o propósito, a expectativa do Tribunal, com relação às mediações, esclarecendo o Corregedor Regional que nesta Justiça do Trabalho as mediações não são realizadas sem a presença de advogado.

Destacam que os servidores que atuam na mediação são muito atenciosos e procuram dar plena condição para o bom andamento das audiências.

O Corregedor explica a razão pela qual foram criados os CEJUSC e as Divisões de Execução.

Sobre a reforma trabalhista, os advogados atestam a redução de demandas, porque, de qualquer forma, aqui já não era comum a propositura de ações aventureiras, também admitem o armazenamento de ações, até que haja manifestação do TST aos temas da reforma.

Indagam se está em análise a conformação do quadro de servidores em face da reforma trabalhista e seus reflexos.

24 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

24.1 – O MM. Juiz Titular João Batista da Silva reside na jurisdição.

24.2 – A Juíza Substituta Auxiliar Fixa Carmen Lucia Couto Taube está autorizada a residir fora da sede da circunscrição (PP 0002800-72.2009.5.15.0897), já a Juíza Substituta Siumara Junqueira de Oliveira reside na sede da circunscrição.

24.3 – Foi informado pelo Sr. Diretor de Secretaria que o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.

24.4 – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação do(a) Diretor(a), pontualmente, sobre todas as determinações e recomendações, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se ainda que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP nº 3968/2016.



25 – ENCERRAMENTO:

No dia 10 de outubro de 2018, às 17 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Ayrton Rocha, Coordenador de Apoio ao Corregedor Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pelo Excelentíssimo Desembargador-Corregedor Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.